

É preciso discutir “péssimas” sentenças arbitrais, diz advogada

Carmen Nery defende que é necessário analisar pontos falhos de decisões para avançar discussão sobre arbitragem

PODER 360



LOGIN

MENU



A

A



A advogada também defende o que chamou de “cultura em torno da arbitragem”, que supõe que quanto menor for a intervenção judicial em sentenças arbitrárias, melhor será para a autonomia do instituto da arbitragem.

Leticia Pille

24.out.2023 (terça-feira) - 19h43

A advogada e sócia do escritório Warde Advogados, Carmen Nery, afirmou nesta 3ª feira (24.out.2023) que é preciso que sentenças equivocadas sejam pautadas no debate entre especialistas para avançar a discussão sobre decisões arbitrais –inclusive em relação às anulações de sentenças pelo Poder Judiciário.

“É preciso falar sobre péssimas sentenças arbitrais que às vezes a gente se depara”, disse. A declaração foi feita durante o [1º Fórum Internacional de Arbitragem de Brasília](#), promovido pelo [IBDL](#)



receba alertas grátis do Poder360

quero receber por e-mail

concordo com os [termos da LGPD](#).

quero receber no WhatsApp

quero receber no Telegram

OK

INSCREVA-SE

INSCREVA-SE

Nery afirmou que defender que o Judiciário “*privilegie as decisões de mérito arbitrais*” e que haja respeito à autonomia das partes envolvidas em ter um juízo privado para decidir as questões postas é positivo, mas não pode ser tomado como “*dogma*”.

A advogada disse ser favorável ao que chamou de “*cultura em torno da arbitragem*”, que supõe que quanto menor for a intervenção judicial em sentenças arbitrárias, melhor será para a autonomia do instituto da arbitragem.

Apesar disso, para Nery, com a “*estabilização*” da arbitragem como uma solução válida de resolução de conflitos –a tomar como exemplo a longevidade e “*sucesso*” da [lei que regula a arbitragem](#)–, não abordar alguns erros de decisões arbitrais pode enfraquecer o debate.

CASO DE HACKEAMENTO

O advogado e árbitro Peter Sester também participou do evento e abordou a atuação do Poder Judiciário na anulação de decisões arbitrais.

Peter apresentou um exemplo sobre suposto hackeamento de sistema de comunicação eletrônica como um caso em que a atuação da Justiça pode ser justificada para corrigir erros da arbitragem.

Segundo ele, um caso hipotético envolvendo hackeamento, que beneficiaria uma das partes no processo de arbitragem, foi alvo de debate durante um seminário do qual participou recentemente na Alemanha.

Peter disse concordar com a opinião de que a “*vítima*” do hackeamento poderia ter o direito de decidir sobre a revogação da cláusula compromissória da arbitragem.

“A cláusula compromissória pode ser revogada, porque dessa forma a parte lesada tem uma escolha: ela pode continuar no âmbito da arbitragem ou dizer: ‘Não, agora chega. Agora quero ir para o Judiciário’. Isso em consequência da grave violação que surge com base na cláusula compromissória e no pedido do processo arbitral”, afirma.

Ao lado de Nery e Peter no 6º painel do evento, que tratou da relação entre o Judiciário e a arbitragem, também participaram o advogado Sérgio Victor e o sócio-fundador do escritório [Ophir Cavalcante Advogados Associados](#), Ophir Cavalcante.

ARBITRAGEM

A arbitragem busca solucionar conflitos fora do Judiciário. A sentença proferida pelo árbitro, que atua como uma espécie de juiz privado, deve ser seguida pelas partes, tal como se a decisão partisse da Justiça.

Os árbitros são escolhidos pelas partes. Não precisam ser advogados. Podem ser especialistas nas áreas que envolvem a disputa. Assim, há a possibilidade de serem indicados engenheiros, professores, economistas ou outros tipos de profissionais.

FÓRUM INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM

O Fórum Internacional de Arbitragem é uma iniciativa do IBDL. Conta com o apoio do escritório [Murillo de Aragão Advogados e Consultores](#) e da plataforma [Nomos](#). O **Poder360** é o parceiro de mídia.

Todos os painéis ficarão disponíveis no canal do **Poder360** no YouTube.

Assista à transmissão do evento:

diversos aspectos e impactos da arbitragem;
histórico da arbitragem no Brasil;
deveres dos árbitros;
a relação com o Judiciário e a atuação em matérias
do direito tributário e de compliance;
projetos de lei que existem sobre a área;
limites constitucionais para a homologação de
decisão arbitral estrangeira.


Saiba mais sobre o fórum e leia a programação
clikando [aqui](#).

o Poder360 integra o  The Trust Project [saiba mais](#)

autores

Letícia Pille
Redatora [enviar e-mail](#)

curtiu a reportagem? Compartilhe sua opinião 

apontar erros neste texto 

leia mais sobre

ADVOCACIA ARBITRAGEM BRASÍLIA CARMEN NERY COMPLIANCE
CONSTITUIÇÃO FÓRUM INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM IBDL
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO LEGISLATIVO INSTITUTO DA ARBITRAGEM
JUDICIÁRIO MURILLO DE ARAGÃO ADVOGADOS E CONSULTORES NOMOS
OPHIR CAVALCANTE PETER SESTER SÉRGIO VICTOR STF STJ
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TRIBUNAIS

recomendadas

[Comunidade arbitral deve fazer “abertura cognitiva”, diz advogado](#)

[A arbitragem é uma alternativa que funciona bem, diz Barroso](#)

[Juiz defende que árbitros sigam precedentes do STF e STJ](#)

[Arbitragem em obras públicas pede controle do Estado, diz Benedito](#)

[Inteligência Artificial já é realidade na arbitragem, diz advogada](#)

PODER360 todos os
dias no seu e-mail

Seu e-mail

ASSINAR

concordo com os
termos da LGPD.

NOTÍCIAS

[Governo](#)

[Anúncios do Governo](#)

[Congresso](#)

[Economia](#)

[Justiça](#)

[Poder Hoje](#)

[Poder Flash](#)

[Poder Monitor](#)

[Brasil à Frente](#)

[Poder Empreendedor](#)

[PoderData](#)

[Infográficos](#)

[Eleições](#)

[Internacional](#)

[Tecnologia](#)

[Mídia](#)

[Nieman](#)

[Pesquisas](#)

[Agregador de Pesquisas](#)

[Políticos do Brasil](#)

[Eleições 2022 resultados](#)

[Eleições 2022 notícias](#)

[Eventos](#)

[Visitas ao Poder360](#)

O PODER360

[Quem somos](#)

[Equipe](#)

[Articelistas](#)

[Como anunciar](#)

[Drive](#)

[PoderIdeias](#)

[PoderData](#)

[Poder Conteúdo Patrocinado](#)

[Trabalhe no Poder360](#)

[Contato](#)

[Princípios Editoriais](#)

[Código de Conduta](#)

[Política de Privacidade](#)

[Política de Compliance](#)

[Termos de uso](#)

[Reprodução de material](#)

[Arquivo Blog Fernando Rodrigues](#)

OPINIÃO E ANÁLISE

[Opinião](#)

[Análise](#)

[Opinião: Futuro Indicativo](#)

VÍDEOS E PODCASTS

[Poder360 no YouTube](#)

[Comerciais eleitorais 2022](#)

[Agenda da Semana](#)

[Fatos da Semana](#)

[Volta ao Mundo](#)

[PodSonhar](#)

[Boleiros de Humanas](#)

[Poder Explica](#)

[Poder Reage](#)

[Lives do Prerrogativas](#)

PARCERIAS E PROJETOS ESPECIAIS

[Poder em Foco](#)

[Fronteiras do Pensamento](#)

[O custo do contrabando](#)

[A indústria e o futuro do Brasil](#)

COMPARTILHE O PODER360



2023 © TODOS OS DIREITOS PODER360.

